

*José Bonifácio de Andrada e Silva: Pioneiro da Ecologia e da
Política de Ambiente na Contemporaneidade*
Viriato Sohomenho-Marques*

* Université de Paris .

Ao autor da obra que nesta edição oferecemos ao público de língua portuguesa aplicar-se-ia a célebre e irónica definição que G. K. Chesterton reservava aos clássicos: “um homem que podemos elogiar sem nunca termos lido” Com efeito, José Bonifácio habita numa zona de sombra paradoxalmente injusta. Apesar de ter deixado um sulco marcante na história de duas nações irmãs, Portugal e Brasil, a sua obra não é suficientemente conhecida, nem sequer adequadamente editada para poder ser acessível quer aos investigadores, quer ao público em geral. Entre 1783 e 1819, tempo passado em Portugal e na Europa, José Bonifácio brilhou como um dos grandes expoentes académicos e cívicos desse período de acelerado crepúsculo das Luzes, brutalmente interrompido pelas cores fortes e emoções intensas da revolução e da guerra. Depois do seu regresso ao Brasil, e até à sua morte em 1838, José Bonifácio foi um dos obreiros incontornáveis - numa tarefa percorrida por riscos, tribulações e incompreensões - do novo e gigantesco país independente, de tal modo, que é comumente designado pelos brasileiros como o “patriarca da independência”. Essa dupla pertença a Portugal e Brasil não se traduziu, mais uma vez paradoxalmente, numa multiplicação do cuidado e do interesse, mas pelo contrário, numa acentuada erosão e esquecimento, que é particularmente patente no Portugal contemporâneo.

§1. Um gigante entre duas pátrias. José Bonifácio foi porventura o mais brilhante dos 866 brasileiros que, entre 1722 e 1822, rumaram a Coimbra para efectuar a sua formação superior, dado que a colónia, ao contrário do que ocorria com a América espanhola, não dispunha de insti-

tuições universitárias. Chegou à cidade do Mondego para cursar Filosofia Natural e Leis. Numa altura em que a Reforma pombalina da Universidade, efectuada em 1772 sob a liderança do Reitor-Reformador D. Fernando Lemos, também ele um luso-americano, seguia o seu rumo. Depois de concluir brilhantemente a sua dupla formação científica e jurídica, José Bonifácio escolhe claramente o caminho da Filosofia Natural. Apesar de todas as dificuldades endémicas à história portuguesa, o talento de José Bonifácio não passou despercebido nem na Universidade, nem da novel Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada no final de 1779. Em 1789, Bonifácio entra na Academia de Lisboa, tendo logo em 1790 publicado um estudo sobre a indústria baleeira, onde a sua compreensão pristinamente ecológica sobre os riscos biológicos do excesso de captura de fêmeas se manifesta com clareza.

Foi nesse ano de 1790 que iniciou o período mais intenso de formação da sua vida. Com o apoio financeiro de D. Maria I, Bonifácio irá iniciar uma década de intensas viagens de estudo e trabalho pela Europa, com a missão de recolher a última palavra do conhecimento em múltiplas áreas do saber, mas sobretudo na química, na mineralogia e na metalurgia, sem esquecer a silvicultura. Estamos a falar em saberes emergentes sob o moderno paradigma experimental, saberes que, contudo, não dispensavam uma integração mais ampla no quadro geral de uma filosofia da Natureza e de uma ampla cosmovisão. Em todas essas dimensões a originalidade de Bonifácio não deixará de se fazer sentir. As “viagens filosóficas”, que haviam começado algumas décadas antes na Europa central, tinham chegado

a Portugal na década de 1780. Domenico Vandelli, professor de Bonifácio na Universidade de Coimbra, tivera um papel relevante na organização de longas expedições científicas destinadas a desbravar para o conhecimento os mais longínquos cantos do império. Embora muito menos reconhecidas do que as viagens de Bougainville ou Cook, as expedições nacionais não lhes ficam a dever em talento e esforço. Durante anos a fio esses naturalistas percorreram imensas distâncias, descrevendo e documentando a fauna, a flora, o relevo, os grandes acidentes naturais, o curso dos rios. Merecem ser recordados pelos seus feitos, Alexandre Rodrigues Ferreira, que com uma equipa de assistentes, realizou estudos no Brasil, entre 1783-1792. Num período quase coincidente, Manuel Galvão da Silva trabalhou em Moçambique (1783-1793). A mais longa exploração científica coube a Joaquim José da Silva, cujos trabalhos em Angola decorreram entre 1783 e 1808. Mais perto da metrópole, João da Silva Feijó efectuou estudos em Cabo Verde. Contudo, a tarefa de Bonifácio era de âmbito bem diferente. Tratava-se de empreender uma actualização intensiva de conhecimentos, extrair para a Academia e Universidade portuguesas as melhores e mais avançadas boas práticas, tanto na investigação como no ensino, tanto na teoria como na aplicação prática. Uma missão de múltiplos, mas convergentes objectivos, que levam Bonifácio, a França, à Prússia, à Áustria, à Suécia e Noruega, aos Países Baixos, à Turquia, à Grã-Bretanha...Pelo caminho, Bonifácio é um verdadeiro embaixador da cultura científica lusófona. Faz conferências, publica estudos, torna-se, por mérito próprio, membro das mais prestigiadas Academias científicas do Velho Continente.

Estabelece uma rede extraordinária de contactos com figuras de primeira grandeza, Alexander von Humboldt (1769-1859), A. G. Werner (1750-1817) ou Alessandro Volta (1745-1827). No seu regresso a Portugal, mergulha numa azáfama intensa. Como professor na cátedra de Metalurgia da Universidade de Coimbra, mas também como perito e administrador. Os mais atentos e esclarecidos membros do governo, como o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812), não podem dispensar a competência e o saber do homem mais culto e cosmopolita que o país dispunha à época. Chegou a ocupar mais de uma dezena de cargos, sendo a maioria deles sem qualquer remuneração.

Merece destaque, numa biografia dividida entre duas pátrias, que em 1807, com a chegada das tropas invasoras de Junot a Lisboa, e com a corte embarcada para o Brasil, Bonifácio decide ficar em Portugal, alistando-se no Corpo de Voluntários Académicos, constituído por docentes e discentes da Universidade de Coimbra. Nos dois anos de combate que se seguem, com enfrentamentos directos com o inimigo no Porto e em Peniche, Bonifácio ascende de sargento a tenente-coronel pela sua coragem, competência e capacidade de liderança. Até 1819, ano que assinala o termo da sua longa permanência em Portugal e o seu regresso ao Brasil, Bonifácio permaneceu fiel a uma visão patrioticamente portuguesa dos assuntos dos dois reinos lusófonos (o Brasil ascendeu à categoria de Reino em 1815). A sua imersão na vertiginosa vida brasileira mudariam, contudo, o seu olhar sobre o curso do mundo e o sentido das coisas. Em quase duas décadas de apaixonada entrega política à formação das traves-

-mestras do novo Estado independente, décadas marcadas também pela inveja, pela perseguição e pelo exílio, Bonifácio transformar-se-ia, logo a seguir ao Imperador Pedro I, na figura maior na edificação dos alicerces do Brasil.

§2. Pioneiro de uma ecologia integral. A definição canónica do conceito de “ecologia” tem registo de nascimento. A data é 1866 e o autor é o cientista e sábio alemão Ernst Haeckel, que a definia da forma que se segue: “Por ecologia entendemos a ciência completa das relações do organismo com o mundo externo circundante, onde, num sentido mais amplo, podemos incluir todas as «condições existenciais». Estas são parcialmente de natureza orgânica e parcialmente inorgânica. “

Bonifácio não criou um novo conceito. Ele utiliza a categoria dominante no século XVIII, herdada de Carl Lineu, a de “economia da natureza”. Todavia, o seu entendimento da semântica desta categoria não só vai muito mais longe do que Lineu, como ultrapassa mesmo o sentido de ecologia presente no próprio Haeckel. Na Memória de 1815, que neste volume se reedita, está claramente patente esse carácter inovador. Muitos ecologistas, posteriores a Haeckel, vão apresentar da ecologia uma visão muito redutora, como mera ciência auxiliar da biologia. Pelo contrário, a “economia geral da Natureza” de Bonifácio expressa o entrosamento íntimo e e acção recíproca de todos os entes, fluxos e processo constitutivos da “imensa cadeia do universo”. Nessa rede cósmica de interdependências, a acção humana, nomeadamente a sua dimensão potencialmente catastrófica, tem um papel crucial que nem Haeckel, nem mesmo o grande Alexander von Humboldt parecem ter tido plena consciência.

Ao longo da sua reflexão sobre o modo como o uso humano do solo e o manejo em geral dos recursos naturais pode transformar florestas exuberantes em desertos como os da Líbia, Bonifácio tem uma percepção absolutamente singular de que vivemos numa época de profunda aceleração temporal. De uma forma que o coloca como nosso perfeito contemporâneo, Bonifácio sabe que o tempo longo da história da Natureza se converte no tempo curto da historicidade humana, sobretudo quando a acção humana entra em rota de colisão com a “economia geral da Natureza”. Bonifácio é assim um evidente precursor da passagem do conceito clássico de “Natureza”, como realidade serena e substância constante no fluir dos acidentes mundanos, para o conceito contemporâneo de “Ambiente”. Este não deve ser entendido apenas como o conjunto das condições biofísicas que constituem a “capacidade de carga” dos ecossistemas geradores dos serviços exigidos pelas pressões crescentes da civilização humana, mas o sentido de “Ambiente” latente no pensamento de Bonifácio é sobretudo o da profunda fragilidade de uma Natureza posta em perigo pela desmesura da acção antropogénica. Uma acção humana capaz de romper, acelerada e catastróficamente, os frágeis equilíbrios de que depende a fecundidade da terra e a beleza da paisagem. Essa visão do risco ontológico presente numa actuação humana desmedida sobre o mundo natural já estava patente em 1815, perante a Academia Real das Ciências de Lisboa, contudo a sua formulação mais contundente aparece já no Brasil, em 1823. Numa intervenção apresentada no quadro da Assembleia Geral Constituinte do Império, Bonifácio, no âmbito de um demolidor ataque à escravatura, profere a

seguinte e extraordinária afirmação: “ (...) nossos montes e encostas vão-se escalfando diariamente. E com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso bello Brasil em menos de dois seculos ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Lybia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes commettidos.” Numa época como a nossa, em que assistimos ao crescer da ameaça ontológica global das alterações climáticas, ou a nível regional verificamos como a própria existência da grande floresta amazónica está posta em risco, estas palavras de Bonifácio não podem deixar de ser um índice profeticamente sombrio do seu génio.

§3. A ideia germinal de uma política pública de ambiente. Homem de pensamento, mas ainda mais de uma acção política entendida como concretização de uma teoria esclarecida e de pés bem assentes na terra, Bonifácio não se limita a enumerar os perigos para o equilíbrio natural que uma intervenção humana sobre o solo e a paisagem, movida pela ganância e a ignorância, pode causar. A sua atitude é inovadora também no plano prático. A ciência florestal que ele expõe nesta Memória encontra-se integrada e justificada no quadro de uma visão muito mais ampla da relação de um povo com o seu território. O aproveitamento dos recursos naturais por parte de uma nação que se pretende ilustrada deve ter em conta vários princípios fundamentais. Ness medida, na Memória de 1815 está absolutamente presente a resposta política que importa construir para impedir que a destruição do ambiente (mesmo antes desse ter-

mo ter sido inventado) e a correspondente ruptura do equilíbrio natural se transformem em realidade inelutável. Bonifácio defende aqui os três grandes ingredientes que irão percorrer as modernas políticas ambientais. Ingredientes e políticas que só ganhariam plena consistência na segunda metade do século XX. Esses três elementos fundamentais são os seguintes: a) a fragilidade e os limites dos equilíbrios naturais; b) a necessidade de conhecer exaustiva e intensivamente as leis naturais para que o uso humano das matérias-primas não se transforme em abuso, conduzindo a uma predação com consequências trágicas sobre a natureza e as gerações futuras; c) o papel indispensável do Estado e de novas instituições públicas a serem criadas para uma correcta adequação entre o uso dos recursos e a protecção dos ecossistemas onde eles são gerados. Liberal em muitas matérias, Bonifácio não abraça, contudo, a superstição - muito corrente nestes actuais dias de ultraliberalismo triunfante - de que os mercados, desregulados e entregues apenas às suas dinâmicas internas, se poderiam dispensar completamente da acção do Estado e das políticas públicas para resolver os grandes problemas da humanidade.

Na análise dos problemas florestais, que esta Memória procura resolver com clareza e profundidade sistemáticas, encontra-se o embrião de uma contemporânea política de ambiente e ordenamento do território. Uma política intensiva em conhecimento e ambiciosa no alcance estratégico. Uma política mais atenta aos factos do que às crenças, respeitadora da tradição, mas obediente apenas ao espírito crítico. Um bom exemplo desse exercício caracterizado pelo primado da racionalidade crítica está

patente no modo elegante como Bonifácio vai invalidar os valores exorbitantes da população portuguesa na época romana, apresentados pela historiografia mitologicamente patriótica de Frei Bernardo de Brito (1569-1617). Mesmo antes da refutação de Alexandre Herculano, e de um modo absolutamente original, Bonifácio estabelece uma série de cálculos que nos conduzem a uma cifra que parece inquietantemente próxima de um limiar demográfico verosímil. De acordo com Bonifácio, o território português teria capacidade própria para alimentar no máximo uma população de aproximadamente 6, 6 milhões de pessoas. É claro que a importação de alimentos permite sustentar populações maiores. Mas, num horizonte de estrita autonomia agrícola, o território de Portugal não permitiria dar credibilidade às fantasias de 20 milhões de habitantes no período romano, sustentadas pelo piedoso clérigo.

No estudo de Ignacio García-Pereda, que acompanha também esta Memória de José Bonifácio, será analisado com mais detalhe o carácter inovador desta obra de 1815 na formação da moderna silvicultura. Todavia, neste primeiro ensaio introdutório procurámos justificar perante os leitores os contornos notáveis da escala mais ampla que permite avaliar a real grandeza e originalidade deste texto fundamental, que transforma José Bonifácio de Andrada e Silva no verdadeiro pioneiro da Ecologia e da Política de Ambiente em Portugal e na cultura de expressão portuguesa em geral.